

CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E IMAGENS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL GOIANO NA DÉCADA DE 1960.

Keides Batista Vicente^{1*}

Na segunda metade do século XX, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Goiás teve um aumento populacional de 4,9%; porém, com distribuição desigual da população: 1 e 2 hab./km² — face o nível nacional de 12 hab./km². Ao promover a elevação da taxa urbana, esse indicativo subiu para 20,2%, em 1950; 30,7%, em 1960; e 44%, em 1970.² Esses dados nos auxiliam a compreender a organização populacional do Estado e, logo, da nova capital (Goiânia) e da sociedade que se organiza política, cultural e economicamente.

A justificativa para esse aumento foi a proposta *modernizante* do estado: construir *uma capital nova, que [...] [fosse a] verdadeira metrópole de seu progresso [...]*³ — como afirmou Pedro Ludovico Teixeira⁴. Tal proposta assim como a construção de identidades, viabilizaram a elaboração de *um campo simbólico que abriga características de um mundo tanto moderno quanto tradicional [...]* (SANDES, 2002:15), fundamentado — segundo Sandes — pelo desejo de ser e fundar uma *identidade* cuja referência era a questão nacional de cunho político, direcionada a um futuro por meio da *lógica da inclusão*,⁵ que influenciaria a historiografia e o imaginário goianos.

* Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás, UnU Morrinhos. Mestre em História Social.

² O aumento da população de Goiás pode ser relacionado com a transferência da capital do Estado; a construção de Brasília; a elaboração de grandes eixos rodoviários: Belém-Brasília (BR-153) e Cuiabá-Porto Velho (BR-364); êxodo rural, como o *processo de monopolização da propriedade fundiária* (DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 57); a rearticulação da política educacional secundarista e a criação das universidades na capital.

³ Pedro Ludovico Teixeira. Relatório, 1930-1933. In: CHAUL, Nars Fayad. **A construção e a transferência da capital**. 2ª ed. Goiânia: editora da UFG, 2001, p. 81.

⁴ Pedro Ludovico Teixeira se destaca em Goiás pelo posicionamento contrário a oligarquia da tradicional família Caiado, sendo um dos líderes da revolução de 1930 em Goiás. É nomeado interventor federal no estado, exercendo o cargo entre 1930 e 1933, torna-se governador entre 1935 e 1937, sendo responsável direto pela mudança da capital da *cidade de Goiás* para *Goiânia*. Entre 1937 e 1945 é indicado pela segunda vez Interventor Federal, e posteriormente governador eleito, exercendo o mandato entre 1951-1954. É eleito senador por Goiás exercendo o mandato em duas oportunidades, a primeira entre 1955 e 1962, e a segunda entre 1962 e 1970, no entanto teve casado seu mandato e suspensos seus direitos políticos por dez anos, em 1969. Ver: FERNANDES, Marilena Julimar Aparecida. História, Memória e (res) sentimento: Pedro Ludovico Teixeira. Uberlândia: UFU, 2002. Dissertação de Mestrado.

⁵ *Ibidem*, p. 15.

Nesta ótica, as políticas empregadas do *império aos dias atuais*,⁶ foram revisitadas e sublinhado o interesse na inclusão da economia e do Estado de Goiás nos projetos nacionais. Parece-me que esta postura vai influenciar o ato de memória dos ex-militantes estudantis, que tem como referência a participação no movimento estudantil na década de 1960 e vai enfatizar aspectos da militância no Estado comparando-o e interpretando-o à militância nacional. Também é enfatizada a participação em manifestações, passeatas e comícios-relâmpago, cuja referência é a imagem épica dos estudantes e da militância no Estado, reivindicada pelos ex-militantes na década de 1990.

No dizer do ex-militante Licínio Barbosa,⁷ o movimento estudantil goiano tem como referências duas grandes conquistas de relevância nacional. Uma é *a criação de uma Universidade Federal [...] pública e gratuita em pleno interior do Brasil, a primeira que seria criada em todo o Centro-Oeste [...]*,⁸ que se traduziu no crescimento e na rearticulação do Estado com a *economia de base agropastoril*, assim como proporcionou o crescimento da capital, do Estado e a melhoria da educação no Centro-Oeste e no país. Segundo os ex-militantes estudantis a criação da universidade, resultou das articulações e manifestações dos estudantes goianos, de início contrários à criação da universidade particular vinculada à igreja católica, cujo artífice — dom Fernando Gomes dos Santos — teve um *enterro simbólico*.⁹ A isso seguiu-se o projeto de construção da instituição federal, de autoria do então diretor da Faculdade de Direito, professor Colemar Natal e Silva, apoiado por líderes estudantis e professores goianos.

Esse processo trouxe, para o imaginário social, contribuições à construção da identidade goiana. O fato foi noticiado na capa do jornal de maior circulação no Estado: *A comissão [...] dirigida pelo presidente da UEE, estudante Sebastião Balduino de Souza, conferenciou durante grande parte do tempo com o Chefe da Nação, falando da necessidade de uma Universidade Federal de Goiás*.¹⁰ O resultado foi a aclamação dos grupos estudantis goianos, que passaram a se autodefinirem como o *quarto poder*¹¹ da

⁶ Ibidem, p. 15.

⁷ Caderno de Entrevista, vol. III.

⁸ Ibidem.

⁹ Licínio Barbosa. Caderno de Entrevista, vol. III.

¹⁰ FOLHA DE GOIAZ, 10/9/1960, p. 1. **Universidade Federal. Mensagem de JK dia 12.**

¹¹ O termo intitula um jornal de veiculação estudantil em Goiás e foi analisado por Duarte que li enfatiza

Nação, materializado na sua capacidade de organização e de pressão junto ao presidente do país.

Esse *poder* evidencia na segunda conquista do movimento estudantil goiano apontada por Licínio Barbosa:¹² contribuir para que a capital federal se deslocasse para o Planalto Central através do apoio ao programa de governo de Juscelino Kubitschek e, em consequência, reforçando a imagem de grande homem e estadista que transformou o país e Goiás durante seu governo. Segundo Licínio, em comício na cidade de Jataí, Juscelino prometeu: se fosse eleito, cumpriria a Constituição Federal. Nesse momento, foi interpelado por um estudante: *Se V. Exa vai cumprir a Constituição Federal, e a Constituição diz que a Capital Federal deve ser transferido para o Planalto Central, V. Exa vai transferir a Capital Federal para o Planalto Central?*¹³ No dizer de Licínio,¹⁴ tal indagação promoveu a transferência e construção da capital federal: *meta-síntese do programa de governo de Juscelino, que se transformaria [...] no principal ponto de sua administração e o imortalizaria.*¹⁵

Essas imagens relacionadas ao *poder* vêm reiterar sobretudo, a participação dos estudantes goianos no movimento estudantil — no Estado e no país — em prol da inclusão de Goiás na pauta política nacional e da construção de uma identidade goiana, como quer Licínio Barbosa.

As conquistas vinculadas à educação e à política do fim dos anos de 1950 enfatizadas por Licínio Barbosa foram assim proporcionadas pelo movimento estudantil em momentos históricos significativos para o país e para o Estado. Porém, o processo de tomada de poder pelos militares não é mencionado no relato dos ex-militantes estudantis. Não há posicionamento, tampouco questionamento: mostra-se como uma lacuna, um esquecimento construído. Disso se depreende que, se os militantes estudantis são responsáveis por transformações importantes no país, são também

o movimento estudantil como *Quarto Poder*, disputando com o Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma complementar e, em alguns casos, de forma igualitária. Suas armas simbólicas eram o grito e o número de participantes em manifestações nas ruas principais de várias cidades. DUARTE, Terezinha. **Entre a realidade e a utopia.** O movimento estudantil goiano na década de 60. 1994. Monografia (graduação em História) — Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1994.

¹² Licínio Barbosa, op. cit.

¹³ Licínio Barbosa. Caderno de Entrevista, vol. III.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

apáticos quando do golpe militar, em 1964, e depois se mostram contrários às políticas e ações do governo quando estas os afetam na condição de “representantes” conscientes da sociedade apática. Mais que isso, a memória, em 1990, seleciona os acontecimentos positivos para a militância e o posicionamento político, como a participação em passeatas, debates, enfrentamentos dos “inimigos”. Logo, trata-se de imagens construídas para promover o reconhecimento da condição de militante estudantil num Estado às voltas com importantes transformações econômicas e sociais materializadas, sobretudo, na construção das capitais do estado (Goiânia) e do país (Brasília).

Analizadas na historiografia goiana como processo determinante da *radicalização das lutas dos “filhos das classes médias” em Goiânia [...]*,¹⁶ ações convergem para a defesa do governador Mauro Borges¹⁷, em 1964, justificada pelas características políticas modernizantes e populistas desse governador,¹⁸ cuja deposição o ex-militante Paulo Silva de Jesus¹⁹ compara com o golpe de Estado dos militares: pelos resultados e, em especial, pelo posicionamento político do movimento estudantil. Como diz Athos Magno Costa e Silva,²⁰ são *fenômenos* que se destacam entre as atividades por ele integradas e que proporcionaram a conscientização política necessária à sua participação no movimento estudantil.

Assim, os estudantes goianos favoráveis ao governador Mauro Borges são caracterizados pelos ex-militantes — dentre os quais, Juarez Barbosa²¹ — com os traços do herói: *os únicos no país a pegarem em armas para garantir a permanência do*

¹⁶ DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 58.

¹⁷ Após negociações desfavoráveis ao Estado e ao governo, a imposição do governo militar sobre o estadual acarretou intervenção federal e deposição de Mauro Borges, culminando na ofensiva de 26 de novembro de 1964, quando o então coronel Carlos de Meira Mattos foi enviado a Goiânia para sitiar a cidade. Caças MK-7 e MK-8 Gloster Meteor fizeram vôos rasantes e ensurdecedores sobre o Palácio das Esmeraldas para aterrorizar e pressionar o governo, assim como a multidão que se aglomeravam em apoio ao governador; enquanto isso, rádios noticiavam a intervenção, imortalizando a imagem e o som dos vôos sobre o prédio do governo como indício da força militar do governo, da instauração do arbítrio e das intervenções iniciadas com o fim do governo de Mauro Borges. Daí surge a imagem que marca o movimento de deposição e, sobretudo, enfraquecimento da política tradicional do Partido Socialista Brasileiro (PSD) no estado — como também de repercussão e disputas defendidas por Pedro Ludovico —, derrubado não por seus tradicionais opositores, mas pelas forças civis e militares que o governo apoiara em março/abril daquele ano. Ver: TEIXEIRA, Maria Dulce L. **Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás**: movimento da legalidade. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ In: DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 151.

²⁰ *Ibidem*, p. 136.

²¹ Caderno de Entrevista, vol. I.

governador e, logo, defender a democracia. Autodenominados *estudantes de guerrilhas*,²² eles criam as condições para *apoiar a Polícia Militar*²³ em defesa do governador e são designados para *fazer barricadas em volta do palácio, para proteger o Mauro Borges*.²⁴ Todavia, se é correto afirmar que o governador representava a política democrática e a luta contra o golpe militar e que os estudantes se tornam seu defensor, não se pode reconhecer em Mauro Borges um revolucionário: sua deposição resulta da não-aceitação das intervenções militares em seu governo; isto é, ele foi deposto porque era, circunstancialmente, contra os militares.

Essas imagens criadas pelos ex-militantes exprimem os sentidos por eles atribuídos à política goiana e a seus representantes: Mauro Borges é filho de Pedro Ludovico Teixeira,²⁵ vencedor das disputas com os Caiado²⁶ e símbolo maior da revolução de 1930 em Goiás²⁷ e da modernização do Estado, com a construção de Goiânia. Logo, defender o governo de Mauro Borges é defender o *moderno*, o *novo*. numa palavra, o *desenvolvimento*²⁸ do Estado, reconhecido pela manutenção de uma *democracia* ameaçada pelo regime militar. Todo esse movimento de defesa do governador permeia o imaginário dos ex-militantes: é enaltecido na referência à construção de *barricadas* — citada por Juarez Barbosa;²⁹ na alusão comparativa ao maio francês com a movimentação dos estudantes na praça Cívica, espalhados pela praça e sobre os muros do Palácio das Esmeraldas, além do sobrevôo dos aviões militares.

Trata-se de imagem constantemente veiculada na imprensa goiana e vinculada à história do movimento estudantil ou do regime militar em Goiás. A reportagem no jornal *Diário da Manhã*, em setembro de 2002, sobre, o processo de

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ver: FERNANDES, Marilena Julimar A. **História, memória e (res)sentimento**: Pedro Ludovico Teixeira. 2002. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

²⁶ Ver: CHAUL, Nars Fayad. (Coord.). **Coronelismo em Goiás**: estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

²⁷ Ver: SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de Trinta em Goiás**. 1982. Tese (doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁸ Ver: CHAUL, Nars FAYad. (Coord.) **Coronelismo em Goiás**: estudos de casos de famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

²⁹ Caderno de Entrevista, vol. I.

indenização promovido pelo Estado de Goiás estampa à imagem dos jovens organizados na praça Cívica e tendo ao fundo a imagem do Palácio das Esmeraldas (sede do governo estadual) e o sobrevôo dos aviões militares — enaltecendo a imagem da resistência dos jovens goianos face à intervenção militar no governo Mauro Borges.

Em linhas gerais, *ser militante estudantil goiano* significou buscar reconhecimento nacional, inscrever o Estado e a região no âmbito da nação, através da ação do movimento estudantil e de seus representantes e líderes. Para a ex-militante Nilva M. G. Coelho,³⁰ comparado ao movimento estudantil nacional, o movimento goiano *tinha participações maiores*, sobretudo em relação as manifestações do no eixo Rio–São Paulo: espaço evidenciado como agrupamento de líderes estudantis em virtude do número elevado de instituições de ensino e, logo, de estudantes. Essa perspectiva é compartilhada por Valdi Camárcio, para quem [...] *o Movimento Goiano foi muito combativo*,³¹ mesmo com as dificuldades enfrentadas, como a estrutura das universidades no Estado. Tal combatividade se expressa nas manifestações, nas reivindicações e conquistas, que evidenciam o interesse em compará-lo com o movimento estudantil nacional, representado pela sua organização nos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

Retomando as considerações de Sandes (2002) sobre o investimento político e historiográfico na construção de uma identidade goiana e, em consequência, de uma identidade estudantil, penso que os ex-militantes ao lembrarem de sua ação nos anos de 1990 buscam relacionar e inserir a imagem do movimento estudantil em Goiás ao de outras regiões do país, comparando-os e singularizando-o. A referência ao eixo Rio–São Paulo, onde localiza-se as grandes e renomadas instituições de ensino brasileiras e são encontrados os líderes estudantis de projeção nacional. Logo, os problemas e ações nesses espaços ressoam em Goiás com as mesmas características do que houve com a morte de Edson Luiz e do que houve com Ornalino Cândido;³² e os embates em Goiás — as prisões, as cassações de matrículas e intervenções policiais — situam os ex-

³⁰ Caderno de Entrevista, vol. II.

³¹ Caderno de Entrevista, vol. III.

³² Estudante secundarista de 18 anos, Edson foi morto no restaurante Calabouço (Rio de Janeiro) quando estudantes organizavam passeata contra o aumento no preço das refeições. Lavador de carros, Ornalino foi morto por policiais ao reprimirem protesto estudantil em Goiânia. Tratamos desse assunto no capítulo dois.

militantes como conscientes e legitimam sua ação, para eles nem um pouco inferior às ações do movimento estudantil desencadeadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Nestes aspectos para os ex-militantes estudantis goianos, a subjetividade de *militante estudantil* é permeada pelas representações de *poder, reconhecimento e identidade*, pois ao condição do *ser estudante* — segundo eles — é defender uma *sociedade* que reconhecem como *apática* frente às determinações políticas do momento e do *ser militante*; é estar incluído em um processo, integrar um grupo em detrimento de outro, ou resistir a esse processo, mediante uma proposta contrária à imposta. Assim, com base nos significados atribuídos pelos ex-militantes, o movimento estudantil organizado na década de 1960 tinha como referência a defesa de uma *sociedade* civil ameaçada por uma política imposta militarmente, com o golpe de 1964.³³ Logo, segundo dizem, *ser militante estudantil* era resistir à proposta política implantada pela ditadura militar, era ser sujeito *crítico* de uma sociedade apática: elite intelectual, representante político, social e cultural de uma sociedade sob opressão.

Os valores construídos têm por base o *ser militante estudantil* voltado à *modificação desta sociedade* — como diz a ex-militante Liz Elizabeth³⁴ — ou à *construção de uma sociedade* — no dizer de Nilva M. G. Coelho³⁵ —, cheio de sonhos e atitudes, por serem os militantes estudantis *os únicos a reagirem* ao sistema político,³⁶ econômico³⁷ e social³⁸ — como salienta Valdi Camárcio.³⁹ Daí surgem os conflitos

³³ Ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção As ilusões armadas).

³⁴ Caderno de Entrevista, vol. II.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Definida como a imposição militar e suas práticas, a seqüência de atos institucionais, decretos, leis, intervenções e a instituição do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/DEOPS), Serviço Nacional de Informações (SNI), Destacamento de Operações de Informações (DOI-CODI), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informação da Aeronáutica (CISA). Ver: DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁷ Iniciado no governo Castelo Branco, o alinhamento econômico com EUA e Fundo Monetário Internacional (FMI) trouxe corte de gastos públicos, arrocho salarial e altos índices de inflação. A intensificação do internacionalismo econômico empregado por Costa e Silva e o crescimento econômico entre 1968 e 73 — o “milagre econômico” — dinamizaram o poder aquisitivo da classe média, ocultando investimentos em setores fundamentais como o ensino público. Tudo isso gerou inconformismo no meio estudantil e enfatizou a defesa das riquezas do país. Contrários à intervenção e aos acordos com os EUA, estudantes reivindicaram investimentos educacionais (como aumento de vagas e ampliação das universidades) e redução dos índices inflacionários. Ver: FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

dicotomias entre a sociedade em que estavam inseridos e pela qual lutam e o diferencial por serem uma *elite intelectual*, como enfatiza Bianor Ferreira de Lima,⁴⁰

Os estudantes, principalmente os de nível superior, constituem a elite intelectual, em face da grande maioria de brasileiros analfabetos ou que não tiveram a oportunidade de continuar seus estudos, estando, pois, despreparados para lutar e para defender seus direitos, principalmente os direitos políticos e sociais.

Em muitos relatos, a mobilização e a participação estudantil, individual e coletiva tem como referência o que denominam de *sociedade*: a defesa dos grupos excluídos, os *brasileiros analfabetos*⁴¹, o combate, de acordo com Valdi Camárcio, *ao autoritarismo, as desigualdades, a falta de liberdade e a ditadura militar*

Quando se definem como *estudantes*, os ex-militantes enfatizam que não se reconhecem como parte da sociedade vista por eles como *apática* — embora ela os motivasse: como estudante, [...] *a gente era imbuído [...] de um processo democrático, [...] construção de uma sociedade onde o cientista participava [...] o que mais motivava o estudante era ele saber que tinha uma geração alienada [...] quando eu entrei no movimento estudantil a minha preocupação [...] era o meu papel como estudante [...]*.⁴² Ao se representarem como conscientes política e culturalmente, diferenciam-se da sociedade civil, pois se consideram como baluartes de uma proposta de reivindicação em defesa de interesses estudantis e civis. Com isso, supõem como solução para a sociedade a participação dos estudantes, então numa condição favorável por conhecerem os problemas dessa sociedade por meio da ciência e da política — graças ao saber fornecido nas universidades e nos grupos partidários.

No Brasil da década de 1930, segundo Chaul, a relação entre ciência, conhecimento e poder se direciona à salvação da sociedade: os *homens da ciência* tornavam-se *semideuses do povo*, representantes da *vida e da recuperação dos males*.⁴³

³⁸ Percebido nos altos índices de analfabetos e desempregados no país e na deficiência no acesso à saúde pública, ao saneamento, dentre outros problemas. Ver: REIS, Daniel A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

³⁹ Caderno de Entrevista, vol. III.

⁴⁰ Caderno de Entrevista, vol. II.

⁴¹ Bianor Ferreira de Lima. Caderno de Entrevista, vol. II.

⁴² Nilva M. G. Coelho. Caderno de Entrevista, vol. II.

⁴³ FOUCUALT, Michel. **O nascimento das clínicas**. Rio de Janeiro: Forense, 1977, apud CHAUL, Nars

Com efeito, fruto dessas concepções, os estudantes relacionam o conhecimento científico — representado pelo ensino universitário — com a auto-imagem de *salvadores* de uma suposta *moléstia* que ameaçaria a população de Goiás. Não havia distinção de curso de graduação; a diferença estava na freqüência e, sobretudo, por fazerem parte de um processo educacional que diferenciava, dava *status* e proporcionava a conscientização dos indivíduos envolvidos na luta educacional.

Militante estudantil na década de 1960, Aldo Arantes aponta uma relação contrária. Para ele, levaram à conscientização dos estudantes a realidade e a condição social, caracterizadas pela *situação de miséria e de fome*, [...] [e de] *desigualdade social que o estudante deu acesso a um nível de conhecimento mais elevado e ao mesmo tempo ele teve uma atitude*, [...] *pela própria característica dele* [...].⁴⁴ Arantes reafirma, assim, a característica dos estudantes de se portarem como detentores da consciência social e política por se considerarem um grupo diferenciado, o *ser estudante* — nesse caso, ser consciente e ter ação, pois transformar a realidade vivenciada exige, segundo esse ex-militante, percepção da realidade, e os militantes estudantis eram os únicos a tê-la. Num terceiro momento, a militância política proporciona, então, a tomada de consciência e impulsiona a ação dos estudantes — como defende o ex-militante Athos Magno: [...] *então ele [estudante] era a voz da sociedade, porque estavam articulados [...], os jovens politizados [propunham] que a solução era lutar contra a ditadura militar. Nós éramos [...] os donos da revolução e do destino do povo, o destino do povo brasileiro estava em nossas mãos.*⁴⁵

O imaginário⁴⁶ sobre a consciência estudantil e, em conseqüência, a ação dos estudantes parte da percepção de uma realidade que contrapõe os anseios e projetos do grupo (estudantes) e o aproxima do campo ideológico, com concepções de mundo que impõem uma representação e um enquadramento. Segundo Le Goff (1994), o enquadramento no *real* obriga os indivíduos a integração social e cultural, ao *quadro*

Fayad. **Caminhos de Goiás**. Da construção da decadência aos limites da modernidade. 2ª ed. Goiânia: editora da UFG, 2001, p. 190.

⁴⁴ Caderno de Entrevista, vol. III.

⁴⁵ Caderno de Entrevista, vol. I.

⁴⁶ No sentido em que usamos aqui, esse termo designa um sistema de idéias e imagens de representação coletiva. Ver: PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9–27, 1995.

conceptual preconcebido,⁴⁷ reconhecível na militância como consciência e ação (manifestações). Isto é percebido quando os ex-militantes estudantis afirmam serem essas características próprias e necessárias aos estudantes por estarem supostamente em uma condição favorável se comparada à da sociedade em geral. Nesses termos, a consciência política é explicitada nas lembranças dos ex-militantes: eles eram os únicos agentes sociais aptos a analisar a sociedade criticamente e apontar soluções. A educação e a política são os diferenciais que constroem as significações identitárias do grupo e a capacidade para a luta:

*Os estudantes [...] constituem a elite intelectual [em] face da grande maioria de brasileiros analfabetos ou que não tiveram a oportunidade de continuar os seus estudos, estando, pois, despreparados [sic] para lutar e para defender os seus direitos, principalmente os direitos políticos e sociais [...].*⁴⁸

Em certos momentos, *analfabetos* e *sociedade* são percebidos como justificativa para a mobilização, pois não pertencem ao grupo de brasileiros favorecidos pelo ensino: são os estudantes quem os representa. Os outros são *apáticos*, *despolitizados* e *despreparados*, sem consciência e sem interesse pelos problemas do país: os estudantes são os *únicos* a se posicionarem, como afirmam Valdi Camárcio⁴⁹ — *acho que os estudantes sentiam que se eles não reagissem, não chamava ninguém mais pra reagir* — e Athos Magno⁵⁰ — *Então os estudantes tiveram muita força porque eles eram a voz da sociedade que não podia se fazer sentir*. Os relatos da memória revelam o interesse dos ex-militantes em evidenciar a representação de defensores da sociedade face à falta de liberdade e ao cerceamento dos direitos civis e políticos pelo regime militar — condição está possibilitada por se auto-representarem como defensores de uma *sociedade* que reconheciam como *apática*.

Dentre as metas defendidas em *prol da sociedade*⁵¹, os aspectos políticos e sociais soam com relevância, sobretudo por incluírem a representação de *ser estudante*. Segundo os ex-militantes, os estudantes representavam os interesses da sociedade; e o que os diferenciava desta, mais que a militância, a condição de ser estudante, uma

⁴⁷ Ibidem, p. 12.

⁴⁸ Bianor Ferreira de Lima. Caderno de Entrevista, vol. II.

⁴⁹ Caderno de Entrevista, vol. III.

⁵⁰ Caderno de Entrevista, vol. III.

⁵¹ Ibidem.

subjetividade singular em construção. Nos relatos, a atuação estudantil deixa entrever o enfrentamento social e político, pois a educação e a política são os elementos que tornam o grupo *diferente*, conforme o valor agregado no período de militância e de rememoração.

Os problemas apontados têm caráter político, justificado pela falta de liberdade e consciência dos fatos históricos, visto que o espaço estudantil é organizado em encontros, discussões e busca de supostas soluções para o país — deriva daí o mito estudantil de transformação e construção da sociedade brasileira da qual seriam os sujeitos. A sociedade que necessita ser defendida também é criticada pela imparcialidade e pelo não-posicionamento frente à realidade política do país. Os estudantes a defendem com base nas [...] *grandes teses empossadas pelo movimento, na época, em prol da sociedade principalmente dos mais desamparados*.⁵² Porém, evidenciam uma troca de favores: se a defendem, a cobrança de apoio é expressa por exemplo, também, nas perseguições policiais no momento das manifestações de rua:

*Organizamos um movimento de protesto no centro de Goiânia. A repressão se sentiu convidada e compareceu. Instalou-se uma correria, [...] tentei escapar dos policiais numa residência na rua Araguaia, quando a dona da casa fechou a porta na nossa cara [...].*⁵³

Depreende-se do relato que a estudante foi presa não por causa não da atividade realizada, mas pela falta de apoio da dona-de-casa que não a acolheu, tornando-se, assim, aliada do sistema combatido e inimiga do movimento e dos estudantes. Segundo a ex-militante, *durante muito tempo esta mulher foi estigmatizada por tal ato. Toda vez que ela pintava o muro de sua casa, os estudantes iam lá e pichavam de novo, denunciando-a*.⁵⁴ Convém esclarecer que o muro e as pichações são ações dos estudantes para se orientarem, denunciarem e, sobretudo, comunicarem-se ao serem impedidos de utilizarem outros meios. Essa atitude é percebida como forma de comunicação alternativa, diferenciada das concepções analisadas por Marinho⁵⁵ ao tratar de jornais e

⁵² Caderno de Entrevista, vol. II.

⁵³ Olga Darck Pimentel. In: DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 175.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ MARINHO, Marcelo B. **Identidades em construção** — suas matrizes ideológicas e mecanismos

programas de rádio no estado de Goiás da década de 1960. É, também, um símbolo de radicalização e posicionamento como cartazes e panfletos.

Olga Darck Pimentel e o ex-militante Paulo Silva de Jesus se viram em circunstância semelhante: *eu e a Olga Darck [...] os policiais saíram correndo atrás da gente. Entramos num bar e o dono deste estabelecimento fechou-o imediatamente, salvando-nos das garras da repressão.*⁵⁶ Noutros termos, a sociedade que os estudantes defendem, também, os defende.

Mecanismo de ação dos estudantes, as manifestações públicas os transformam e os direcionam à militância para *serem militantes estudantis*. Constituem o fundo comum⁵⁷ nas memórias dos ex-militantes, pois o espaço público se mostra como lócus de encontro e construção das memórias, que fazem brotar, a partir dos interesses moldados no presente de rememoração e projetados no futuro, continuidades e lacunas. Trata-se de um fundo comum rememorado, narrado com perspectivas diferenciadas, todas justificadas pela imagem criada pela sociedade no presente da rememoração.

As imagens construídas sobre este *ser militante estudantil* são carregadas de positividade, afirmam o papel de defensores, responsáveis e representantes da sociedade; também exprimem uma imagem dos inimigos. Dentre eles, a maioria é inimiga dos estudantes e de suas práticas, porém não da sociedade: aqui pode-se reconhecer os inimigos diretos que representam a repressão (a exemplo de policiais e diretores de escolas), traduzida em medidas que afetavam fisicamente os estudantes — perseguições e luta corporal com policiais, por exemplo. Como afirma Athos Pereira da Silva:⁵⁸ *os policiais se encontravam munidos de fuzis, baionetas, revólveres, cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo para reprimir a massa estudantil*. Ou ainda:

discursivos. A propaganda nos projetos de modernização de Goiás. A nova capital: Goiânia — décadas de 1930–1940. 2001. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) — Faculdade de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

⁵⁶ Paulo Silva de Jesus. In: DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 151.

⁵⁷ A expressão fundo comum, segundo Bresciani, seria [...] *o material com o qual é elaborada [as memórias] e cuja genealogia necessita ser interrogada*. BRESCIANI, Maria Stella. M. Identidades inconclusas no Brasil do século XX — fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Maria Stella. M. (Org.); NAXARA, Márcia Regina. (Org.). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: editora da UNICAMP, 2001, vol. 1, p. 407. Aqui, o termo ganha proporções de contexto e de espaço de vivências.

⁵⁸ In: DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 147.

As forças repressivas conseguiram me deter por alguns instantes com uma pedra na mão em plena avenida Goiás. No entanto, o tenente havia deixado cair seu capacete verde-oliva e se dirigiu para pegá-lo. Foi suficiente para eu escapular, “num pulo de gato”, das garras da repressão.⁵⁹

É a compreensão do significado de inimigo direto que redimensiona a construção do mito da *força estudantil*. Os estudantes buscam ser reconhecidos como imparciais politicamente — justos e inabaláveis ante as determinações do governo militar. São representantes da sociedade e ao mesmo tempo superiores à ela e a força policial, da qual destacam só o aparato bélico.

A *força estudantil* se garantia pela *paixão, consciência e imparcialidade*, como afirma Athos Pereira e Silva: *no pânico instituído pelas forças de repressão, fui preso, mas solto imediatamente, e ainda consegui libertar do cerco policial um estudante secundarista, o Stepan Nercessian.⁶⁰* Ao se definirem como representantes da sociedade e contrários ao regime militar, os estudantes se aproximam do ideal e da *paixão revolucionária* do movimento estudantil, assim como da consciência adquirida ao ser estudante.

Contudo, o discurso de imparcialidade contradiz a proposta de parcialidade romântica e partidária do movimento estudantil: no presente de rememoração — década de 1990 —, os estudantes são transformados em heróis, imaginário que responde aos interesses presentes no tempo de reelaboração dessas memórias. Requerem um reconhecimento social permeado de características positivas, em virtude da ação e consciência que reivindicam como a *verdade* em relação ao movimento estudantil na década de 1960.

Segundo Girardet, o caráter de *heroicização* pode ser apresentado e organizado em tempos diferentes, influenciados pelo caráter afetivo: *tempo da espera e do apelo, tempo da presença e tempo da lembrança* (1987:72). Neste, a figura de um “salvador” se impõe. Com efeito, as imagens percebidas como míticas pelos ex-militantes são transportadas para o tempo presente como referência política e social, enfatizadas e traduzidas como heroísmo. Em 1990, os militantes estudantis da década de 1960 são

⁵⁹ Valdi Camárcio Ibidem, p. 154.

⁶⁰ In: DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 154. Não temos relatos do ex-militante Stepan Nercessian, cuja participação no movimento é citada por vários ex-militantes de forma envolvente. Nos anos de 1980 e 1990, ele fazia fama como ator de cinema e da Rede Globo, com participação em novelas e minisséries.

ainda reconhecidos por este passado e assim legitimam sua atuação política no presente; desta forma, mesmo fatos de um presente próximo não podem desmentir o discurso ideológico elaborado por eles no processo de rememoração.

Ao reconhecerem na *repressão* o grande inimigo, justificam o posicionamento de esquerda toda sua participação; procuram se diferenciar do *outro*⁶¹ percebido na rua — por exemplo, os *policiais* e os *diretores* de instituições de ensino, responsáveis por atos repressivos contra os estudantes, como por exemplo a expulsão: *a diretora do estabelecimento decretou a minha expulsão e de outros membros da direção [do grêmio], dentre os quais Stepan Nercessian e Vilmar Cardoso*, afirma Euler Ivo.⁶² A atitude dos “inimigos” é retaliada pelos estudantes, criando a imagem de um indivíduo que representa um grupo⁶³ em relação recíproca do grupo com seus integrantes. Para cada ação repressiva, uma reação explosiva estudantil: como consequência da expulsão citada acima: *os estudantes não concordando com a portaria, inverteram e decretaram a expulsão da diretoria autoritária, e como forma e tática de repressão entramos em greve geral, com total adesão dos estudantes*.⁶⁴ As características dos grupos que influenciaram as definições e os enfrentamentos ao *inverterem* a proposta do *inimigo* em seu favor redimensionam, engrandecendo-o, o poder organizacional do movimento estudantil. Com isso, a ação pública associada à adesão e ao número de participantes, é percebida como altamente positiva e efetiva, elevando a imagem do líder estudantil à figura do herói por aclamação.

Ao nomear os “inimigos”, os estudantes definem os pontos a serem atacados. Os inimigos diretos são reconhecidos por eles como aqueles que cristalizam o poder militar e encaram a força repressiva do Estado ditatorial. A política do governo militar denota propostas em tudo prejudiciais aos interesses estudantis e, por consequência, aos

⁶¹ Michel Pollak enfatiza a percepção do *outro* no processo da narrativa; a memória é direcionada a uma *reconstrução*, isto é, reavaliação e referência do passado no presente, pois [...] *ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros* [...]. In: _____. Memória e esquecimento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p. 204.

⁶² In: DIAS; DIAS, op. cit., p. 130.

⁶³ Organizações político-estudantis como grêmios secundaristas, Diretório Central dos Estudantes (DCE), diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) e organizações político-partidárias como Ação Popular (AP), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-08) e outros.

⁶⁴ Euler Ivo. In: DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 130.

interesses pessoais dos estudantes. Nesta ótica, são identificados os outros “inimigos”: as políticas educacionais; os decretos e processos contra estudantes envolvidos no movimento organizado; o imperialismo dos EUA; a falta de liberdade de expressão e organização.

Diretamente ligado ao aspecto educacional, o grande inimigo apontado é o academicismo, representado pelo projeto Rondon⁶⁵ e pelo acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Segundo Nilva M. G. Coelho,⁶⁶ estas políticas distanciavam os estudantes da realidade brasileira ao enfatizarem uma visão tecnicista, proporcionada pelo direcionamento de leituras e atividades no campo educacional destituída de questionamentos. Visto pelos ex-militantes como mecanismo de conexão aos interesses do Estado, o projeto Rondon tem como articuladores estudantes e professores e é *sistematizado pelas forças, [...] que dominavam o país, [...] de uma área realmente conservadora [...] o aluno tinha que sistematizar tudo em função da instituição.*⁶⁷

Ao preconizar uma realidade contrária aos interesses dos estudantes, que defendiam e confrontavam os objetivos fixados pelo governo, a ação comum entre estudantes, comunidade e governo⁶⁸ criava também —afirmam os ex-militantes— uma percepção conservadora da realidade brasileira. Nesse sentido, o projeto Rondon distanciava os estudantes de uma visão crítica da situação real enfrentada pela sociedade em diferentes partes do país. Segundo os ex-militantes, o próprio governo militar era o grande responsável pelo agravamento dessa situação, com os problemas sociais, econômicos e políticos que o país enfrentava após 1964.

Os projetos do governo militar destinadas à educação instauram o processo de contestação entre os estudantes, contrários às articulações e aos objetivos do acordo MEC-USAID. Fundamentado — segundo Valdi Camárcio⁶⁹ — na reforma universitária conforme o modelo norte-americano e por ser uma *corrente de transmissão da política Norte Americana para o Brasil [sic]*, o ensino superior desempenharia papel estratégico

⁶⁵ Ver: GURGEL, Roberto M. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

⁶⁶ Caderno de Entrevista, vol. II.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ver: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0105-03.htm>>. Acesso em 03 de Janeiro de 2006

⁶⁹ Caderno de Entrevista, vol. III.

porque lhe caberia forjar o novo quadro técnico, alinhado ao novo projeto econômico e à política dos EUA. Noutros termos, o academicismo — fruto do projeto Rondon e do acordo entre MEC e USAID — conduziria, no dizer dos ex-militantes, o ensino universitário às necessidades do Estado militar, cuja articulação associava educação e sociedade. O primeiro aparece nas lembranças dos ex-militantes como fator de manipulação da imagem do estudante, moldando seus participantes à luz de uma falsa realidade; o segundo representaria, para os ex-militantes, tanto as transformações no campo educacional, com a reforma universitária, como a influência econômica e política dos EUA, que se constituía no “inimigo” mundial dos grupos políticos de feições socialistas, identificados ao ideário de revolução da então URSS, de Cuba ou da China.

Esses inimigos representados no “academicismo” dos projetos educacionais da ditadura militar são associados com as disputas político-ideológicas que levam os estudantes a se posicionarem contra a influência dos EUA. Assim, pelos aspectos educacionais, influenciados pelos embates da década de 1960 — como a disputa de hegemonia entre EUA e URSS, capitalismo versus comunismo —, os estudantes remontam à imagem e aos sentidos da expressão *imperialismo norte-americano*: a luta contra esse *imperialismo* é reconhecida como justificativa para a mobilização do movimento estudantil e a defesa da sociedade pelos estudantes. Para os militantes, a política de acordos entre Brasil e EUA representa a influência deste e a transformação da educação, da economia, da política e da sociedade brasileira segundo os interesses do país norte-americano. Assim, lutar contra o *imperialismo* é se aproximar das políticas socialistas latino-americanas em voga, como a de Cuba; é defender as riquezas nacionais, representadas por mobilizações conhecidas como *Petróleo é nosso*⁷⁰ e justificadas pela busca de autonomia da educação, na economia e na política.

Ser militante estudantil, então, expressa aspectos estruturais de construção de imagens à luz de um poder simbólico, gerado por aspectos sociais, econômicos e políticos no passado lembrado, e sob a ótica do presente da lembrança. Nessa relação temporal do processo de lembrança, os ex-militantes aplicam a imagem do herói ao movimento estudantil de esquerda e os sentidos a ele atribuídos: defensor e

⁷⁰ Os ex-militantes retomam a referida proposta política visualizada na década de 1950, como materialização da ação do movimento estudantil em defesa dos interesses nacionais.

representante de uma sociedade que se transformou, acompanhando as transformações da própria militância estudantil.

Referência Bibliográfica

BRESCIANI, Maria Stella. M. (Org.); NAXARA, Márcia Regina. (Org.). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: editora da UNICAMP, 2001, vol. 1, p. 407

CHAUL, Nars FAYad. (Coord.) **Coronelismo em Goiás**: estudos de casos de famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

CHAUL, Nars Fayad. (Coord.). **Coronelismo em Goiás**: estudos de casos e famílias. Goiânia: Kelps, 1998.

CHAUL, Nars Fayad. **A construção e a transferência da capital**. 2ª ed. Goiânia: editora da UFG, 2001, p. 81.

DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. **Desafiando a utopia**. Goiânia: editora da UCG, 1990, p. 130.

DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Marilena Julimar A. **História, memória e (res)sentimento**: Pedro Ludovico Teixeira. 2002. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FOUCUALT, Michel. **O nascimento das clínicas**. Rio de Janeiro: Forense, 1977. CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás**. Da construção da decadência aos limites da modernidade. 2ª ed. Goiânia: editora da UFG, 2001, p. 190.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção As ilusões armadas).

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

GURGEL, Roberto M. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0105-03.htm>>. Acesso em 03 de Janeiro de 2006

LE GOFF. Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

MARINHO, Marcelo B. **Identidades em construção** — suas matrizes ideológicas e mecanismos discursivos. A propaganda nos projetos de modernização de Goiás. A nova capital: Goiânia — décadas de 1930–1940. 2001. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) — Faculdade de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

Michel Pollak Memória e esquecimento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p. 204.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29.

- REIS, Daniel A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: _____. (Org.). **Memória e região**. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- SEIXAS, Jacy A. de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história? **Projeto História**, São Paulo, vol. 24, 2002, p. 60.
- SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de Trinta em Goiás**. 1982. Tese (doutorado em História) —Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TEIXEIRA, Maria Dulce L. **Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.